

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Fabiane Ribeiro

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Chapecó-SC
<http://lattes.cnpq.br/7220748396697305>

Hilton de Souza Zeferino

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Chapecó-SC
<http://lattes.cnpq.br/6516657214045914>

RESUMO: Este estudo busca refletir sobre os dilemas da Proteção Social Brasileira instituída na Constituição Federal de 1988 através da Seguridade Social. Constrói-se a análise, a partir das trajetórias das políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, consideradas como o tripé da Seguridade Social. O objetivo desse trabalho é analisar as expressões da desproteção social durante a pandemia da covid-19, no Brasil e no Município de Chapecó-SC, situando os novos desafios para a política de Assistência Social. Demonstra-se que a Seguridade Social apesar dos seus avanços ainda não foi implementada conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Busca-

se realizar uma análise sobre as desproteções sociais que afetam as pessoas mais vulneráveis em momento de pandemia, analisando dados referentes ao desemprego e investimentos do Governo Federal com benefícios assistenciais. Nesse contexto a Política de Assistência Social ganha relevância na tentativa de mitigar a possibilidade do surgimento de uma nova pandemia, “a pandemia da pobreza”. Os desafios postos são muitos e mediante as necessidades dos seus usuários, as equipes tentam evitar a todo custo as aglomerações, já que essa é a principal via de proliferação do novo Coronavírus, bem como buscam promover visitas/atendimentos domiciliares e busca ativa, quando necessário, tentando garantir dessa forma a proteção dos sujeitos que possam ter algum direito violado. A presente pesquisa foi do tipo documental baseada na análise de dados do IBGE Cidades, Portal da Transparência do Tesouro Nacional e do Ministério da Cidadania, e também pesquisa bibliográfica sobre as produções mais atuais acerca do tema.

PALAVRAS – CHAVE: Seguridade Social, Covid-19, Assistência Social.

THE SOCIAL DEPROTECTION IN MOMENTS OF CRISIS AND NEW CHALLENGES FOR SOCIAL ASSISTANCE POLICY: THE COVID-19 PANDEMIC IN THE MUNICIPALITY OF CHAPECÓ-SC

ABSTRACT: This study seeks to reflect on the dilemmas of Brazilian Social Protection instituted in the Federal Constitution of 1988 through Social Security. The analysis is constructed from the trajectories of the Health, Social Security and

Social Assistance policies, considered as the tripod of Social Security. The objective of this work is to analyze the expressions of social deprotection during the covid-19 pandemic in Brazil and in the municipality of Chapecó-SC, situating the new challenges for the Social Assistance policy. It shows that Social Security, despite its advances, has not yet been implemented as foreseen in the Federal Constitution of 1988. An attempt is made to carry out an analysis of the social deprotections that affect the most vulnerable people in times of pandemic, analyzing data on unemployment and Federal Government investments with assistance benefits. In this context, the Social Assistance Policy gains relevance in an attempt to mitigate the possibility of the emergence of a new pandemic, “the poverty pandemic”. The challenges posed are many and according to the needs of its users, the teams try to avoid agglomerations at all costs, since this is the main route of proliferation of the new Coronavirus, as well as seeking to promote visits and home care and active search, when necessary, trying to guarantee in this way the protection of the subjects that may have some violated right. This research was of the documentary type based on data analysis from IBGE C cities, Transparency Portal of the National Treasury and the Ministry of Citizenship, and also bibliographic research on the most current productions on the subject.

KEYWORDS: Social Security, Covid-19, Assistance Social.

METODOLOGIA

Como todo trabalho científico de pesquisa, há necessidade de amparar o mesmo sobre o método que será utilizado e que será o norteador ao longo do processo de estudo sobre determinado tema e/ou fenômeno.

A pesquisa foi baseada na análise de documentos que segundo Bravo são todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias e opiniões. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem (BRAVO, 1991).

A Pesquisa documental foi baseada na análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Portal da Transparência do Tesouro Nacional e do Ministério da Cidadania visando analisar dados referentes aos investimentos do governo federal em benefícios como auxílio emergencial no Brasil e Município de Chapecó-SC.

A Pesquisa será bibliográfica que segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido nossa análise será baseada em artigos científicos, manuais de orientações técnicas e consultas a textos acadêmicos disponibilizados na internet. Com isso se pretende obter os subsídios necessários ao desenvolvimento dos temas referentes a esse trabalho

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 inaugurou a concepção de seguridade social como um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à

Previdência e à Assistência Social” (BRASIL, 2020, art. 194). Entretanto a Seguridade Social, tal como inscrita na Constituição de 1988, não foi ainda, de fato, implementada. Apesar de ter um caráter inovador a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência social) (BOSCHETTI, 2006, p.08).

Mesmo reconhecendo as conquistas da Constituição no campo da seguridade social é impossível deixar de sinalizar seus limites. Esses se agravam em momentos de crise como da pandemia da Covid-19, a qual tornou visíveis situações que antes eram invisíveis, como as desigualdades sociais, o grande número de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade, risco social e na informalidade. Nesse sentido torna-se de extrema urgência a instituição de um sistema de proteção social que acolha as principais demandas da população em momentos de crise.

Um sistema de proteção social que possibilite que as pessoas mais vulneráveis consigam de fato fazer o isolamento, que tenham acesso a renda e a outros serviços essenciais para a sua subsistência. Nesse contexto os serviços/benefícios de transferência de renda são extremamente importantes para diminuir as sequelas sociais trazidas pela Covid-19, mas, outras ações precisam ser feitas como a criação de novos serviços e benefícios que atendam às necessidades da população, de acordo com a atuação situação.

Também é necessário o trabalho de vigilância socioassistencial, buscando identificar onde estão as pessoas que mais precisam de atendimento, visando realizar o trabalho preventivo e protetivos das pessoas em situação de risco.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) inaugurou a concepção de seguridade social. Esta é entendida como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social” (BRASIL, 2020, art. 194). A inclusão da previdência, da saúde e da assistência como integrantes da Seguridade Social introduziu a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania, antes restrita apenas aos beneficiários da Previdência Social (MONNERAT; SOUZA, 2011, p.42).

A incorporação da noção de seguridade no Brasil implicou em um redimensionamento significativo das três políticas que a integram. No caso da saúde, o reconhecimento de que “a saúde é direito de todos e um dever do Estado” (BRASIL, 2020, art. 196). Na assistência social, é preciso reconhecer que, pela primeira vez, adquiriu o estatuto de política pública, entendida como área de intervenção do Estado, o que abriu possibilidades de rompimento com o legado assistencialista. E na Previdência Social, na qual se mantém a lógica contributiva verificou-se o afrouxamento do vínculo contributivo, legitimando programas de

transferência de renda do porte da aposentadoria rural (MONNERAT; SOUZA, 2011, p.42). Entretanto a Seguridade Social, tal como inscrita na Constituição de 1988, não foi ainda, de fato, implementada.

Apesar de ter um caráter inovador a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência) (BOSCHETTI, 2006, p.08). Além disso as diretrizes constitucionais como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração (C.F, artigo 194), não foram totalmente materializadas de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado. (BOSCHETTI, 2006, p. 08 e 09).

Mesmo reconhecendo os avanços da seguridade social é impossível deixar de sinalizar seus limites. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de baixos salários e desigualdades sociais agudas. A situação do mercado de trabalho brasileiro, em que metade da população economicamente ativa possui relações informais de trabalho, faz com que a seguridade social, deixe fora do acesso à previdência a população não contribuinte e, ainda, exclui do acesso aos direitos assistenciais aqueles que podem trabalhar. O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores adultos como o Bolsa Família, não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão acabam muitas vezes excluindo e não incluindo a população. (BOSCHETTI, 2006, p.11).

São em momentos de crise que as falhas no sistema de proteção social ficam mais acentuadas e essa situação ficou nítida com a pandemia da Covid-19. O mês de dezembro do ano de 2019 foi anunciador de uma infecção até então inexistente em seres humanos, caracterizada como uma enfermidade respiratória aguda provocada pelo coronavírus, foi identificada pela primeira vez em Wuhan na China. Com o alastramento do número de casos em vários países, um mês depois do primeiro caso, foi deflagrada a situação de surto da doença (SILVA; FILHO, 2020, p. 139).

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da Covid-19 como uma pandemia e alertou para os múltiplos impactos entre eles a instabilidade social e econômica dos povos. No Brasil o isolamento social, organizado pelo poder público, em razão da Covid-19 foi decretado na maioria das capitais e municípios em meados do mês de março. Devido às medidas protetivas para evitar a proliferação do vírus o comércio de rua não pode funcionar, a construção civil que emprega diversas pessoas como diaristas (pessoas que recebem pelo dia de trabalho) precisou pausar suas atividades, empregadas domésticas foram dispensadas de seus locais de trabalho. Famílias que viviam da produção e venda de lanches como os “Food truck” carros de comida, também não conseguiram trabalhar e outras situações.

Nesse sentido se considerarmos que grande parte desses trabalhadores vivem na informalidade e não contribuem com a Previdência Social, podemos dizer que esses trabalhadores viram-se desprotegidos, pois segundo BOSCHETTI “é um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à seguridade social” (BOSCHETTI, 2006).

A pandemia da covid-19 tornou visíveis situações que antes eram invisíveis, como as desigualdades sociais, o grande número de pessoas que vivem na informalidade e a importância de um sistema de proteção social que de fato proteja as pessoas em momentos de crise. Um sistema de proteção social que possibilite que as pessoas mais vulneráveis consigam fazer o isolamento, ficar em casa, com a garantia de ter acesso a alimentação, renda para pagar despesas essenciais (aluguel, água, luz, gás), acessar o sistema de saúde em momentos de necessidades e ter a certeza de que poderá retornar ao trabalho, quando tudo se normalizar.

Toda essa situação é extremamente preocupante e tem se agravado nos últimos meses, isso pode ser observado no levantamento divulgado pelo IBGE no dia 17 de julho de 2020, onde mostrou que entre 03 de maio e 27 de julho de 2020 a taxa de desemprego diante da pandemia aumentou 26% no Brasil. Nesse contexto é necessário pensar em um sistema de Seguridade Social que garanta renda para trabalhadores ou pessoas que perderam seu trabalho e sua fonte de renda.

No atual contexto, também torna-se fundamental a instituição de medidas que apoiem e incentivem financeiramente o empregador, para que os empregos sejam preservados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) recomenda que as respostas devem se concentrar em dois objetivos imediatos: medidas de proteção à saúde e apoio econômico, visando a preservação de empregos e renda, tanto pelo lado da oferta quanto da demanda (COSTANZI, 2020, p. 23).

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Trazendo essa análise para o Município de Chapecó situado no Estado de Santa Catarina, considerado um importante centro industrial, financeiro e educacional, um grande exportador de produtos alimentícios industrializados com a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2019) em 220,367 mil pessoas. Ao observar os dados do mesmo instituto, tendo como referência o ano de 2018 identificamos que 41.8%, ou seja, (90.593) mil pessoas são consideradas ocupadas no município, que desenvolvem alguma atividade laboral (IBGE 2018). Se analisarmos esse número de pessoas ocupadas considerando que a grande maioria desenvolve uma atividade formal e são contribuinte da Previdência Social, podemos dizer que segundo BOSCHETTI são

protegidas pela Seguridade Social.

Nesta lógica, só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados “segurados” e seus dependentes, pois esses direitos são considerados como decorrentes do direito do trabalho. Assim, se destinam a quem está inserido em relações formais e estáveis de trabalho e possuem duas características centrais. Primeiro são condicionados a uma contribuição prévia, ou seja, só têm acesso aqueles que contribuem mensalmente. Segundo, o valor dos benefícios é proporcional à contribuição efetuada. Essa é a característica básica da previdência social no Brasil, que assegura aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença e outros benefícios somente aos contribuintes e seus familiares (BOSCHETTI, 2006, p.04).

Mas por outro lado se os 59% da população que não é consideradas ocupadas segundo o IBGE(2018), vivem na informalidade, podemos entender que devido a algumas medidas protetivas de isolamento, essas pessoas podem vir a depender do auxílio do Estado, através de políticas públicas para suprir suas necessidade básicas. Segundo Lucena Filho (2008, p1.) as políticas públicas “se caracterizam como um conjunto de ações implementadas nas esferas do governo (federal, estadual ou municipal) em conjunto ou não com a sociedade civil, visando demandas específicas da sociedade”.

No que diz respeito às atuações governamentais destinadas aos que necessitam de intervenções JACCUD (2009) afirma que a “partir da publicação da Carta Cidadã de 1988 proliferaram propostas, programas e políticas públicas de Proteção Social no Brasil, com as mais variadas naturezas e escopos” (JACCUD, 2009 apud SILVA; FILHO, 2020, p.14).

Entre as políticas acima citadas podemos destacar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que é fruto da Carta Magna de 1988. Tendo sido aprovada apenas em 2004. A PNAS tem como um dos seus objetivos incluir os invisíveis, proteger os que estão em vulnerabilidade social, prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios (PNAS, 2004).

A Política Pública de Assistência Social (PNAS) busca efetivar-se de forma a levar em consideração as desigualdades sócio territoriais, visando o seu enfrentamento, a garantir os mínimos sociais, bem como universalizar os direitos sociais (PNAS, 2004). Um dos principais objetos de trabalho da Assistência Social são as desproteções sociais e frente a essa condição como fazer isolamento social, se as pessoas não tem condições de fazer esse isolamento?. A pandemia está tirando da invisibilidade a precarização da vida de uma parcela da população. Mostrando o quanto é indigna as condições de vida das pessoas em situação de rua ou vivendo em situações precárias (SPOSATI, 2017).

COSTANZI(2020) realizou um levantamento a nível mundial para identificar se os países estavam realizando ações assistenciais para atender as pessoas mais vulneráveis nesse momento de pandemia. O seu levantamento apontou a existência de pelo menos 418 programas na área de Assistência e/ou Seguro Social e mercado de trabalho, em

pelo menos 106 países. A maior parte das medidas estava na área da Assistência Social, destacando-se os programas de transferência de renda. As iniciativas decorrem tanto de alterações em programas já existentes como também da criação de novas iniciativas.

No Brasil para conseguir atender as necessidades da população e enfrentar a pandemia o Governo Federal instituiu em abril de 2020 o benefício de Auxílio Emergencial, vinculado a Política Pública de Assistência Social. Segundo informações do site do Ministério da Cidadania o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício de R\$ 600 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. É um benefício destinado as pessoas que fazem parte do cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI), os contribuintes individuais do INSS, autônomos e trabalhadores informais que não recebem nenhum outro benefício do Governo Federal (com exceção do Bolsa Família).

Analisando a atualização dos dados do portal da transparência do Tesouro Nacional em 11 de julho de 2020 foi possível observar que até o momento o governo federal investiu 120 bilhões com o pagamento do auxílio emergencial e 12.2 bilhões no enfrentamento da Emergência de Saúde Pública. Se analisarmos esses número podemos compreender que o covid-19 escancarou as desigualdades sociais existentes no país, pois, a principal fonte de investimento do governo federal foi na redistribuição de renda, mostrando o grande número de pessoas que passou a depender do Estado para conseguir suprir suas necessidades básicas, nesse momento de pandemia. No Município de Chapecó 32.260 mil pessoas receberam o auxílio emergencial entre os meses de Janeiro a junho de 2020 (Portal da transparência do Tesouro Nacional 2020).

Considerando o número de beneficiários do auxílio emergencial, cabe aqui pontuar que muitas dessas pessoas, antes da pandemia, tinham suas rendas superiores a R\$: 600,00 reais mensais e agora se vem obrigadas a viver e sobreviver com esse valor. Também cabe salientar que muitas dessas pessoas podem fazer parte de uma família numerosa com vários integrantes, com 3 ou 4 filhos. E somente com esse valor não é possível suprir necessidades básicas como alimentação, gastos com água, luz, aluguel entre outros.

NOVAS DEMANDAS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE A PANDEMIA DA COVID-19

No atual cenário da Covid-19 fica perceptível o papel da Assistência Social, que ganha relevância na tentativa de mitigar a possibilidade, em nosso país, do surgimento de uma nova pandemia, a pandemia da pobreza. Assim, novos desafios se apresentam à Assistência Social como política pública de Proteção Social (SILVA; FILHO, 2020, p. 142 apud PAIVA, et al, 2020).

Sobre as dificuldades postas à operacionalização da PNAS (2004), em tempos de pandemia, mesmo havendo evoluções na cobertura da Proteção Social, muito precisa ser feito. “Os altos índices de desproteção, a carência de serviços sociais e a necessidade de ampliação da qualidade dos serviços existentes, demonstram a necessidade urgente e inadiável de se adequar a arquitetura instituída por esse novo contexto social” (SILVA; FILHO, 2020, p. 142).

Paiva et al (2020) afirma que a ampliação da transferência de renda pode contribuir para amenizar as sequelas trazidas pela Covid-19, mas outras medidas precisam ser tomadas como a concessão de novos benefícios eventuais visando garantir os mínimos sociais e, além disso, torna-se urgente a reorganização das formas de acompanhamentos das famílias:

A ampliação da transferência de renda como uma das vias que poderão dirimir as sequelas sociais trazidas pela COVID-19, mas fica evidente que outras ações como a concessão de outros benefícios eventuais e novas formas de acompanhamento familiar e fortalecimento de vínculos devem acontecer para a garantia do mínimo social, proposta pela PNAS (2004) (SILVA; FILHO 2020, p. 143 apud PAIVA et al (2020).

Os desafios postos à Assistência Social são muitos e mediante as necessidades dos seus usuários, as equipes tentam evitar a todo custo as aglomerações, já que essa é a principal via de proliferação do novo Coronavírus, bem como, buscam promover visitas/atendimentos domiciliares e busca ativa, quando necessário, limitam os atendimentos presenciais às situação de crise, tentando garantir dessa forma a proteção dos sujeitos que possam ter algum direito violado e o acolhimento às pessoas em situação de rua (SILVA e FILHO, 2020, p. 143). O teletrabalho, teleatendimento, teleacompanhamento, a rediscussão sobre a concessão de novos benefícios eventuais, o manejo de aglomerações e a reestruturação dos desenhos organizacionais de ações intersetoriais podem proporcionar vias de efetivação da PNAS (2004) em época de pandemia.

Esse é o momento para buscarmos a ampliação da proteção social daqueles que não tem nenhuma condição de se proteger, ainda mais em períodos de isolamento. É necessário a interlocução com outros atores como saúde e educação para que se possa melhorar e ampliar a proteção. Desenvolver programas de gestão e atuação continuada não de interesse pontual dos governantes (SPOSATI, 2017).

No atual contexto os benefícios eventuais, como a cesta de alimentos são muito importantes, mas junto com ele deve ser entregue uma porção de dignidade. Nesse momento torna-se fundamental que os profissionais conheçam as famílias, os territórios o público beneficiários, identificando quantos dias dura esse auxílio alimentação para a família beneficiada, que outras necessidades existem. É necessário construir com o usuários alternativas de superação das dificuldades (SPOSATI, 2017).

Cabe a Assistência Social conseguir construir e identificar com as demais políticas

públicas quem são essas famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social e não conseguem fazer o isolamento social. A Assistência Social precisa ter claro o grau e a presença das desproteções sociais existentes, onde estão, como se caracterizam e buscar construir alternativas para transformar essa desproteção em proteção social. Nesse sentido torna-se de extrema importância a vigilância socioassistencial.

Para a PNAS/2004 realizar atividades de vigilância social diz respeito a produzir e sistematizar informações, indicadores e índices sobre as situações de vulnerabilidade e riscos que incidem nos territórios, bem como as situações em que há violação de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar a importância desse momento e os enormes desafios que uma pandemia proporciona na área social. Diversos fatores vão influenciar na vida da população em virtude da Covid-19, mas sabemos também que são as populações mais vulneráveis que terão as maiores consequências.

Toda essa mudança causada pela pandemia da Covid-19 nos faz analisar que modelo de Seguridade Social temos e a importância de um sistema que proteja as pessoas em momentos de crise. Uma seguridade social ampliada que além de garantir os direitos derivados do trabalho, como seguro desemprego, aposentadorias, pensões, também possibilite o acesso aos benefícios assistenciais sem muitas condicionalidades e critérios, com o intuito de atender as necessidades básicas da população.

Possivelmente este momento deixará marcas, mas cabe ao tripé da Seguridade Social (assistência social, saúde e previdência social) e demais políticas públicas criar estratégias para que a população mais afetada tenha seu sofrimento minimizado. Cabe também as políticas de Assistência Social que busca incessantemente minimizar as desigualdades sociais e promover o bem-estar social, repensar seus serviços, programas e benefícios em tempos de crise como a pandemia da Covid-19.

Certamente, a atual crise deixará marcas e exigirá esforços múltiplos em diversas áreas para superar a pandemia, evitar o colapso do sistema de saúde e salvar vidas. Além disso, exigirá um grande sistema de proteção social para garantir emprego e renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 17 de julho de 2020.

_____. Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1: **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social, 2012b. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2017.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: Conquistas e limites à sua efetivação**. 2006. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Respostas da Seguridade Social à Crise da Pandemia de Coronavírus/COVID-19**, abril de 2020. Disponível em file:///C:/Users/user/Desktop/MESTRADO%20EM%20POLITICAS%20SOCIAIS/Seguran%C3%A7a%20Publica/SEGURIDADE%20SOCIAL%20E%20REALIDADE%20REGIONAL/Artigos%20Usados%20no%20trabalho%20final/bif475-20-31.pdf. Acessado em 18/07/2020.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed – São Paulo: Atlas, 2002

IBGE Cidades – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 10 de julho de 2020

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios -Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Unesco. 2009.

LUCENA FILHO, E.L. **Reflexões sobre o psicólogo no CRAS: A possibilidade do Si Perceber**. In: RedePsi. Rev. Disponível em: <https://www.redepsi.com.br/2008/06/26/reflex-es-sobre-o-psic-logo-no-cras-a-possibilidade-do-si-perceber/> Acesso em: 16/06/2020.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100005>

PAIVA, L.H. et al. (2020). **Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à Covid-19**. In: Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9826/1/NT_59_Disoc_Evitando%20a%20pandemia%20da%20pobreza.pdf. Acesso em: 15/07/2020

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL-PNAS 2004. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acessado em 10 de julho de 2020.

SILVA, Isis Lima da; FILHO, Everaldo Lauritzen Lucena. **Saúde Mental e Assistência Social: Desafios Durante a Covid – 19**. Revista Psicologia & Saberes ISSN 2316-1124 v. 9, n. 19, 2020. Disponível em <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1263>. Acesso em: 16/07/2020

SCHOTT, Daniela Fernanda. DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. **Caracterização da Proteção Social Básica do SUAS na região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43065-43084, jul. 2020 Disponível em file:///C:/Users/user/Desktop/MESTRADO%20EM%20POLITICAS%20SOCIAIS/Seguran%C3%A7a%20Publica/SEGURIDADE%20SOCIAL%20E%20REALIDADE%20REGIONAL/Artigos%20Usados%20no%20trabalho%20final/Artigo%20Dani.pdf. Acesso em 18/07/2020.

SPOSATI, Aldaíza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2018/Mai). [Citado em 15/07/2020]. **Está disponível em:** <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/descaminhos-da-seguridade-social-e-desprotecao-social-no-brasil/16790?id=16790>

SPOSATI, Aldaíza. **A proteção e desproteção social Brasileira**, transmitida ao vivo no dia 22 de abril de 2020, evento promovido pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5jdmaL_eq_M. Acessado em 02 de julho de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sufrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021